

PLANO DE CURSO

FORMAÇÃO INICIAL EM DIREITO ELEITORAL PARAMAGISTRADOS

1. Curso ou módulo.

Curso de formação inicial em Direito Eleitoral para magistrados

2. Período de realização

07 de agosto a 10 de agosto de 2023

3. Carga horária

24 horas-aulas

4. Público Alvo

Magistrados estaduais recém-investidos no exercício da magistratura eleitoral.

5. Número de vagas

50 vagas

6. Número de turmas

2 (duas) turmas

7. Modalidade

Curso presencial

8. Local

Auditório da UNICORP (Tribunal de Justiça da Bahia)

9. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

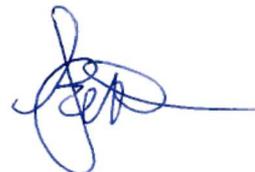
Escola: Escola Judiciária Eleitoral da Bahia

Diretor da Escola, Coordenador do Curso e Titulação:

Roberto Maynard Frank

Desembargador Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.
Desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia. Presidente eleito do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais.

Mestrando pela *Legal Sciences.com* concentração em *Law, Business and Technology* pela AMBRA University. Pós-Graduação em Direito Eleitoral e em Direito do Consumidor pelo IDP, em Direito Administrativo e Gestão Pública pela



Fundação Escola Superior do Ministério Público-RS e em Direito Constitucional pela ABDConst.

Endereço: Primeira Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº150 – CAB. Salvador-Bahia. CEP nº 41.745-901.

Endereço eletrônico: eje.tre-ba.jus.br

Correio eletrônico: eje@tre-ba.jus.br

10. Ementa

1. O Direito Eleitoral, seus objetivos e princípios fundamentais. 2. Sistemas Eleitorais. 3. Os direitos políticos, elegibilidade e inelegibilidades. 4. Justiça Eleitoral e Ministério Público Eleitoral. 5. Condutas vedadas nas eleições e combate ao abuso de poder. 6. Financiamento político e prestação de contas. 7. Administração Cartorária Eleitoral e organização das eleições. 8. Ações e recursos eleitorais. 9. Propaganda política e suas peculiaridades. 10. Crimes eleitorais e processo penal eleitoral.

11. Justificativa

O Direito Eleitoral se constitui em um microsistema jurídico composto de normas de natureza material e processual com forte correlação com outros ramos jurídicos, a exemplo do Direito Constitucional, do qual deriva, do Direito Processual Civil, do Direito Penal, do Direito Processual Penal, bem como com outras áreas do conhecimento humano, com especial destaque para a ciência política, a psicologia, a comunicação social, a matemática e as ciências contábeis.

Com o objetivo geral de buscar concretizar o Estado Democrático de Direito, ao almejar a efetivação da normalidade e da legitimidade do exercício do poder de sufrágio popular, o Direito Eleitoral se efetiva por intermédio do exercício da jurisdição promovido por um segmento especializado do Poder Judiciário da União, a Justiça Eleitoral, responsável também pela execução de toda a atividade executiva das eleições, plebiscitos e referendos, a exemplo da formação do cadastro de eleitores, convocação e treinamento de mesários, exercício de poder polícia, preparação de urnas, apuração e totalização dos votos.

Como peculiaridade mais relevante, entretanto, a Justiça Eleitoral, ao contrário dos demais ramos do Poder Judiciário, não conta com um quadro permanente de magistrados investidos de forma vitalícia nos seus quadros, utilizando-se, por determinação constitucional, de juízes oriundos de outros segmentos da justiça, a exemplo do Poder Judiciário Estadual, a partir do exercício da magistratura eleitoral por juízes de direito e desembargadores estaduais, da Justiça Federal Comum, do Superior Tribunal de Justiça e até mesmo do Supremo Tribunal Federal, bem como da advocacia. Esses magistrados são investidos no exercício da magistratura eleitoral de forma temporária, em regra para mandatos de dois anos, após os quais tendem a ser substituídos.

A grande complexidade do Direito Eleitoral, revelada na grande diversidade de institutos jurídicos, princípios e fontes que lhe são peculiares, bem como na intrínseca relação do processo eleitoral com segmentos da vida humana como a política, exigem, portanto, um desafio constante de atualização e capacitação daqueles que laboram nas

eleições e consultas populares, com especial destaque para os magistrados eleitorais, responsáveis pela preservação da ordem jurídica e da paz social nos pleitos e protagonistas da busca de efetivação dos objetivos maiores do Direito Eleitoral, relacionados à busca da normalidade e da legitimidade democrática.

O presente curso de formação inicial em Direito Eleitoral para magistrados recém-investidos no exercício da jurisdição eleitoral, revela-se, portanto, como fundamental à busca da excelência das atividades desenvolvidas pela Justiça Eleitoral brasileira, especialmente no que se refere à efetivação de uma jurisdição democrática, voltada à preservação da soberania popular no processo político.

É essencial para o bom desenvolvimento da função jurisdicional no âmbito da Justiça Eleitoral que os magistrados eleitorais desenvolvam habilidades de ordem comportamental e técnica, conhecendo e sabendo aplicar, com a devida equidistância e equilíbrio necessários à preservação da independência política do Poder Judiciário, os princípios e os institutos jurídicos do Direito Eleitoral, com aptidão necessária para a resolução de casos concretos suscitadores de divergências de ordens jurídica e política, inerentes a qualquer processo eleitoral.

O presente curso, assim, buscando aliar teoria e prática, visa a permitir uma formação holística do magistrado eleitoral, de forma a promover o incremento de suas habilidades técnicas e pessoais, com vistas à concretização dos objetivos democráticos inerentes à existência e às finalidades da Justiça Eleitoral no Estado Democrático de Direito.

12. Objetivo geral

Desempenhar as atribuições administrativas, gerenciais, jurisdicionais, de governança e sociais do cargo de juiz eleitoral, garantindo a legitimidade do processo eleitoral.

13. Conteúdo programático

1. O Direito Eleitoral, seus objetivos e princípios fundamentais. Sistemas Eleitorais (03 horas-aula)
 - a) Normalidade e legitimidade democrática como objetivos do Direito Eleitoral;
 - b) Fundamentos constitucionais do Direito Eleitoral brasileiro e os partidos políticos;
 - c) Princípios específicos do Direito Eleitoral: celeridade, aproveitamento do voto, lisura das eleições, moralidade eleitoral e anualidade;
 - d) Participação política, democracia semidireta e Direito Eleitoral no Brasil;
 - e) O debate “governabilidade x representatividade”;
 - f) O sistema majoritário;
 - g) O sistema eleitoral proporcional;
 - h) Tendências dos sistemas eleitorais no Brasil.
2. Os direitos políticos, elegibilidade e inelegibilidades (03 horas-aula)
 - a) Origem e natureza jurídica dos direitos políticos;
 - b) Exercício, cassação, perda e suspensão dos direitos políticos;
 - c) Condições de elegibilidade e causas de inelegibilidade;
 - d) Condições de registrabilidade e registro de candidaturas;



- e) Jurisprudência do TSE e STF em matéria eleitoral;
3. Justiça Eleitoral e Ministério Público Eleitoral. Condutas vedadas nas eleições e combate ao abuso de poder. (03 horas-aula)
- a) Organização e competências da Justiça Eleitoral;
 - b) O Ministério Público Eleitoral;
 - c) O abuso de poder nas eleições e suas modalidades clássicas;
 - d) Novas modalidades de abuso de poder nas eleições;
 - e) Condutas vedadas aos agentes em campanha;
 - e) Meios jurídicos de combate ao abuso de poder e às condutas vedadas nas eleições;
 - f) Captação ilícita de sufrágio;
 - g) Captação ilícita de recursos (30-A);
 - h) Jurisprudência do TSE e STF em matéria eleitoral.
4. Financiamento político e prestação de contas (03 horas-aula)
- a) Formas de financiamento político;
 - b) As reformas eleitorais de 2017 e as novidades relativas ao financiamento político nas eleições brasileiras;
 - c) Prestação de contas de partidos políticos e de candidatos;
 - d) Jurisprudência do TSE e STF em matéria eleitoral.
5. Organização e administração das eleições (03 horas-aula)
- a) Atos preparatórios;
 - b) Cadastramento eleitoral e biometria;
 - c) Registro de candidaturas;
 - d) Poder de polícia nas eleições;
 - e) O dia da eleição;
 - f) Gestão e logística nas eleições e sistemas informatizados de votação e apuração.
6. Propaganda política e suas peculiaridades (03 horas-aula)
- a) Liberdade de expressão e propaganda política;
 - b) Modalidades de propaganda política;
 - c) A propaganda eleitoral e suas espécies;
 - d) *Fake news* e meios de combate à propaganda política irregular;
 - e) Pesquisas eleitorais;
 - f) Jurisprudência do TSE e STF em matéria eleitoral.
7. Ações e recursos eleitorais (03 horas-aula)
- a) Principais ações eleitorais: AIRC, AIJE, AIME, RCD e representações;
 - b) *Habeas corpus* e mandado de segurança no processo eleitoral;
 - c) Recursos eleitorais: teoria geral e espécies de recursos;
 - d) Cassação de registro do diploma;
 - e) Renovação das eleições;



- f) Jurisprudência do TSE e STF em matéria eleitoral.
8. Crimes eleitorais e processo penal eleitoral (03 horas-aula)
- a) Teoria geral dos crimes eleitorais;
 - b) Principais tipos penais eleitorais;
 - c) O processo penal eleitoral e suas peculiaridades;
 - d) Jurisprudência do TSE e STF em matéria eleitoral.

14. Metodologia

O curso será dividido em aulas temáticas com duração de três horas-aula cada, nas quais será feita uma abordagem teórica inicial pelo professor, a partir de exposições dialogadas, seguida de realizações de dinâmicas com os alunos, a partir de técnicas variadas como dramatizações, GVGO, Philipps 66, estudos de caso e soluções de problemas, incentivando-se o brainstorming e a interação entre os discentes e o facilitador de aprendizagem, de forma a buscar contemplar a complementação entre teoria e prática, visando ao desenvolvimento de habilidades necessárias ao exercício da jurisdição eleitoral.

15. Informações sobre o curso e abertura de prazo de inscrição

As informações sobre o curso, tais como programação e critérios para certificação, serão disponibilizadas na página da Escola Judiciária Eleitoral da Bahia (eje.tre-ba.jus.br) antes do início do curso.

As inscrições para o curso estarão abertas 15 (quinze) dias antes da data de início. Servidor da Escola acompanhará o curso, auxiliando os professores no que for preciso.

16. Atuação e responsabilidades dos professores

Os professores deverão estimular a participação dos alunos, criar clima de cooperação, mediar os debates, tirar dúvidas, avaliar a participação dos alunos de acordo com este plano de curso e dar o *feedback*.

17. Atuação e responsabilidade dos alunos

Os alunos deverão ter a frequência a 100% das aulas e atividades propostas.

Além disso, o aluno deverá obter aproveitamento médio mínimo de 75% na realização das atividades propostas pelos professores, que levarão em conta os seguintes quesitos: a) atenção e participação nas aulas; b) engajamento nas atividades propostas.

Cada um dos facilitadores terá a incumbência de avaliar os alunos com notas de zero a cem, nos quesitos de avaliação acima elencados, sendo considerado aprovado o aluno que alcançar aproveitamento igual ou superior a 75% na média geral das avaliações realizadas por todos os facilitadores.

O participante também deverá responder à avaliação de reação, ao fim do curso, a qual conterá os seguintes itens: clareza na definição dos objetivos do curso; clareza na linguagem utilizada; adequação da carga horária programada para as atividades propostas; coerência do conteúdo programático em face dos objetivos do curso; e avaliação do desempenho dos facilitadores.

18. Distribuição da carga horária

O curso terá carga horária total de 24 horas-aulas, divididas em oito blocos temáticos de três horas-aula cada, em que será abordado, em sequência, cada um dos pontos do conteúdo programático do curso. A primeira metade de cada um dos blocos temáticos será destinada à exposição dialogada do tema objeto do bloco, enquanto que a segunda metade será destinada à realização das dinâmicas previstas na metodologia do curso.

O primeiro bloco terá início às 13h e se encerrará às 16h e o segundo bloco terá início às 16h30 e se encerrará às 19h30.

19. Recursos didáticos

Livros, artigos científicos e jurisprudência selecionada.

20. Forma de avaliação

Os alunos serão avaliados pela presença em sala de aula, participação nas dinâmicas e nas exposições dialogadas.

Será exigida, como primeiro requisito para a certificação do participante, frequência a 100% das aulas e atividades propostas.

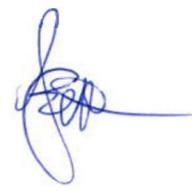
Além disso, o aluno deverá obter aproveitamento médio mínimo de 75% na realização das atividades propostas pelos professores, que levarão em conta os seguintes quesitos: a) atenção e participação nas aulas; b) engajamento nas atividades propostas.

Cada um dos facilitadores terá a incumbência de avaliar os alunos, com notas de zero a cem, nos quesitos de avaliação acima elencados, sendo considerado aprovado o aluno que alcançar aproveitamento igual ou superior a 75% na média geral das avaliações realizadas por todos os facilitadores.

O participante também deverá responder à avaliação de reação, ao fim do curso, a qual conterà os seguintes itens: clareza na definição dos objetivos do curso; clareza na linguagem utilizada; adequação da carga horária programada para as atividades propostas; coerência do conteúdo programático em face dos objetivos do curso; e avaliação do desempenho dos facilitadores.

21. Mapa do curso

Objetivos específicos	Conteúdo Programático	Metodologia	Carga horária	Recursos	Avaliação da aprendizagem
<p>1. Compreender os fundamentos constitucionais e principiológicos do Direito Eleitoral, bem como aqueles vinculados à natureza e ao exercício dos direitos políticos e ao funcionamento dos sistemas eleitorais.</p> <p>2. Entender o tratamento das inelegibilidades</p>	<p>Unidade I – Fundamentos constitucionais e principiológicos dos direitos políticos e eleitorais.</p> <p>1. O Direito Eleitoral, seus objetivos e princípios fundamentais.</p> <p>2. Os sistemas eleitorais.</p> <p>3. Os direitos políticos, elegibilidade e inelegibilidades.</p>	<p>A unidade será dividida em três blocos temáticos. A primeira metade de cada um dos blocos temáticos será destinada à exposição dialogada do tema objeto do bloco, enquanto que a segunda metade será destinada à realização das dinâmicas previstas na metodologia do curso, incentivando-se o brainstorming e a interação entre os discentes e o facilitador de aprendizagem, de forma a buscar contemplar a relação entre a teoria e prática, visando ao desenvolvimento de habilidades necessárias ao exercício da jurisdição eleitoral.</p>	<p>Total: 06 horas-aula</p> <p>Primeira parte de cada bloco:</p> <p>Realização da exposição dialogada do tema objeto do bloco.</p> <p>Segunda parte da realização das dinâmicas do grupo</p>	<p>Slides com a situação problema</p>	<p>Avaliação diagnóstica e formativa. Durante as exposições dialogadas e realização de outras metodologias ativas, considerar a participação e o interesse dos alunos em apresentar argumentos ou dúvidas e também a adequação dos argumentos às problemáticas apresentadas.</p> <p>Feedback: oral contínuo: o formador faz a síntese dos resultados e reforça temas que ficaram em aberto, durante a aula e na sistematização.</p> <p>Instrumentos de Avaliação: Registro de observação dos professores e das conclusões dos grupos participantes das atividades de metodologia ativa.</p>



<p>2. Conhecer as instâncias e a composição dos órgãos do TRE da Bahia.</p> <p>Identificar a atuação do Ministério Público Eleitoral na Justiça Eleitoral.</p> <p>Identificar condutas que possam caracterizar violações à legitimidade do sufrágio popular e que devem ser combatidas pelo exercício da função jurisdicional eleitoral.</p> <p>Conhecer o sistema de financiamento político das eleições no Brasil e as formas de coibição do abuso de poder econômico.</p>	<p>Unidade II – - Justiça Eleitoral e Ministério Público Eleitoral. - Condutas vedadas nas eleições e combate ao abuso de poder. - Financiamento político e prestação de contas</p> <p>1. Organização e competências</p> <p>2. Condutas vedadas nas eleições e combate ao abuso de poder.</p> <p>3. O financiamento político e a prestação de contas partidárias e eleitorais.</p>	<p>A unidade será dividida em dois blocos.</p> <p>Em cada bloco, será realizada, inicialmente, a exposição dialogada dos conteúdos, durante a qual serão analisados e discutidos a legislação e a jurisprudência relacionadas aos temas propostos, com a utilização da técnica de ensino “brainstorming”, a partir da exposição de situações concretas apresentadas pelo formador.</p> <p>A segunda parte de cada bloco será destinada à realização de dinâmicas, a partir das quais os alunos apresentarão, oralmente, suas conclusões acerca de questionamentos previamente apresentados pelo formador acerca do tema.</p>	<p>Total: 06 horas- aula</p> <p>Primeira parte de cada bloco: realização da exposição dialogada do tema objeto do bloco.</p> <p>Segunda parte de cada bloco: realização das dinâmicas de grupo.</p>	<p>Jurisprudência selecionada</p>	<p>Avaliação diagnóstica e formativa. Durante as exposições dialogadas e as dramatizações, considerar a participação e o interesse dos alunos em apresentar argumentos ou dúvidas e também a adequação dos argumentos às problemáticas apresentadas. Feedback: oral contínuo: o Formador faz a síntese dos resultados e reforça temas que ficaram em aberto, durante a aula e na sistematização. Instrumentos de avaliação: Registro de observação do formador e registro das conclusões dos estudantes.</p>
--	--	--	---	-----------------------------------	--

<p>3. Conhecer os procedimentos de organização das eleições.</p> <p>Entender como são organizadas as eleições, a distribuição de material e transporte.</p> <p>Conhecer as ações pertinentes a cada modalidade de tutela judicial</p>	<p>Unidade III – Organização cartorária eleitoral e administração das eleições. Ações e recursos eleitorais</p>	<p>A unidade será dividida em dois blocos temáticos, o com 03 horas de duração cada um. A primeira metade de cada um dos blocos temáticos será destinado à exposição dialogada do tema objeto do bloco, enquanto que a segunda metade será destinada à realização das dinâmicas previstas na metodologia do curso, incentivando-se o <i>brainstorming</i> e a interação entre os discentes e o facilitador de aprendizagem, de forma a buscar contemplar a relação entre teoria e prática, visando ao desenvolvimento de habilidades necessárias ao exercício da jurisdição eleitoral.</p>	<p>Total: 06 horas-aula</p> <p>Primeira parte de cada bloco:</p> <p>Realização da exposição dialogada do tema objeto do bloco.</p> <p>Segunda parte de cada bloco: realização das dinâmicas de grupo.</p>	<p>Jurisprudência selecionada</p>	<p>Avaliação diagnóstica e formativa. Durante as exposições dialogadas e as dinâmicas, considerar a participação e o interesse dos alunos em apresentar argumentos ou dúvidas e também a adequação dos argumentos às problemáticas apresentadas.</p> <p><u>Feedback</u> oral contínuo: o Formador faz a síntese dos resultados e reforça temas que ficaram em aberto, durante a aula e na sistematização.</p> <p><u>Instrumentos de avaliação:</u> <u>Registro de observação do formador e registro das conclusões dos estudantes.</u></p>
---	--	--	---	-----------------------------------	--

<p>4. Identificar as dificuldades práticas de fiscalização e notificação de irregularidades na propaganda eleitoral.</p> <p>Conhecer o microsistema processual eleitoral, bem como os principais tipos penais observados nas eleições.</p>	<p>Unidade IV – Propaganda política e suas peculiaridades.</p> <p>Crimes eleitorais e processo penal eleitoral.</p>	<p>A unidade será dividida em dois blocos, com duração de 03 horas-aulacada.</p> <p>No primeiro bloco, será realizada a exposição dialogada dos conteúdos, durante a qual serão analisados e discutidos a legislação e a jurisprudência relacionadas aos temas propostos, com a utilização da técnica de ensino “brainstorming”, a partir da exposição de situações concretas apresentadas pelo formador.</p> <p>No segundo bloco, será concluída a exposição dialogada dos temas propostos, sendo realizada, também, a avaliação de reação do curso.</p>	<p>Total: 06 horas- aula</p> <p>Primeira parte de cada bloco:</p> <p>Realização da exposição dialogada do tema objeto do bloco.</p> <p>Segunda parte de cada bloco: realização das dinâmicas de grupo.</p>	<p>Jurisprudência selecionada</p>	<p>Avaliação diagnóstica e formativa.</p> <p>Durante a exposição dialogada, considerar a participação e o interesse dos alunos em apresentar argumentos ou dúvidas e também a adequação dos argumentos às problemáticas apresentadas.</p> <p>Feedback oral contínuo: o Formador faz a síntese dos resultados e reforça temas que ficaram em aberto, durante a aula e na Sistematização. Avaliação de reação, a ser realizada no segundo bloco da aula</p>
--	---	---	--	-----------------------------------	--

22. Corpo docente

a. Direito Eleitoral, seus objetivos e princípios fundamentais. Sistemas eleitorais (03 horas-aula)

Jaime Barreiros Neto: Doutor em Ciências Sociais (UFBA). Mestre em Direito (UFBA). Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA. Professor da Faculdade Baiana de Direito. Analista Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. Coordenador do Curso de Especialização em Direito Eleitoral do IMADEC. Coordenador do Curso de Especialização em Direito Eleitoral da Faculdade Baiana de Direito. Coordenador do Grupo de Sistematização da Legislação Eleitoral sobre Partidos Políticos do Tribunal Superior Eleitoral. Membro Titular da Cadeira Número 06 da Academia de Letras Jurídicas da Bahia. Autor de livros de Direito Eleitoral.

b. Os direitos políticos, elegibilidade e inelegibilidades (03 horas-aula)

Rafael Barreto: Advogado e Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia.

c. Justiça Eleitoral e Ministério Público Eleitoral. Condutas vedadas nas eleições e combate ao abuso de poder (03 horas-aula)

Frederico Alvim: Ex-Assessor-Chefe da Assessoria Especial da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral. Analista Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (Universidad del Museo Social Argentino). Doutorando em Ciência Política (Universidade de Lisboa). Mestre em Direito (Universidade Metodista de Piracicaba). Especialista em Direito Eleitoral (Universidad Nacional Autónoma de México). Especialista em Direito e Processo Eleitoral (Universidade Federal de Goiás). Especialista em Poder Judiciário com ênfase em Direito Eleitoral (AVM/EJE-MT). Autor das obras: Direito Eleitoral e Partidário (CL Edijur, 2010); Manual de Direito Eleitoral (Fórum, 2012); Curso de Direito Eleitoral (Juruá, 2016); Cobertura política e integridade eleitoral: efeitos da mídia nas eleições (Habitús, 2018); Abuso de poder nas competições eleitorais (Juruá, 2019). Membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral. Professor de Direito Eleitoral e de Teoria do Estado em nível de pós-graduação.

d. Organização cartorária eleitoral e administração das eleições (03 horas-aula)

Desembargador Marcos Adriano Silva Ledo: Desembargador Eleitoral Substituto; Juiz de Direito; Mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Especialização em Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual; Universidade Anhanguera – UNIDERP. Especialização em Tutela dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos. Universidade da Amazônia (UNAMA)

e. Financiamento político e prestação de contas (03 horas-aula).

Denise Goulart Schlickmann: Doutora e mestre em Direito (UFSC). Secretária de Orçamento e Finanças do TRE-SC. Coordenadora do Grupo de Sistematização da Legislação Eleitoral sobre Financiamento Político e Prestação de Contas do Tribunal Superior Eleitoral.

f. Ações e recursos eleitorais (03 horas-aula).

Luiz Carlos dos Santos Gonçalves: Procurador Regional da República (atual). Mestre e Doutor em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (em 2000 e em 2006 respectivamente). Professor de Direito Eleitoral (atual). Membro Auxiliar da Procuradoria-Geral Eleitoral em Brasília (de 2013 a 2016). Procurador Regional Eleitoral em São Paulo (de 2008 a 2010 e de 2016 a 2019). Desempenhou a Relatoria da Comissão do Senado Federal instituída para elaboração do Anteprojeto do Novo Código Penal (de 2011 a 2012). Atuou como Procurador Auxiliar da Procuradoria Regional Eleitoral de São Paulo em 2022.

g. Crimes eleitorais e processo penal eleitoral (03 horas-aula).

Volgane Oliveira Carvalho: Doutorando em Direito pela Universidade; Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Analista Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Professor de Cursos de Graduação e Pós-graduação em Direito. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político

(ABRADEP).

h. Propaganda política e suas peculiaridades (03 horas-aula).

Alexandre Basílio Coura: Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político – ABRADEP. Analista Judiciário – Área Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Pós-Graduando em Direito Digital pela Faculdade Damásio. Graduando em Ciências da Computação pela UFPB. Graduando em Ciência Política pelo Centro Universitário Internacional de Curitiba. Professor da Pós-graduação da Fundação do Ministério Público – FMP, 2019. Professor da Pós-graduação em Direito Eleitoral da Univali/TRE-SC. Professor da Pós-graduação do Instituto para o Desenvolvimento Democrático – IDDE – Belo Horizonte. Professor da Pós-graduação em Direito Eleitoral do Complexo de Ensino Renato Saraiva – CERS – 2019. Professor da Pós-graduação em Direito Eleitoral da Faculdade Baiana de Direito. Professor de Direito Eleitoral da Academia de Polícia Militar da Paraíba até 2016. Palestrante convidado pela Escola Superior do Ministério Público para capacitar todos os Procuradores Regionais Eleitorais quanto à propaganda eleitoral para 2018. Palestrante convidado pelo Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais para capacitar todos os Juízes Eleitorais auxiliares em matéria de propaganda eleitoral para 2018. Professor da Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Sul responsável pela capacitação dos Juízes Eleitorais Estaduais para as eleições 2018/2020.

22. Calendário de aulas

TURMA A

Dia 07/08/2023

13:00 O Direito Eleitoral, seus objetivos princípios fundamentais. Sistemas Eleitorais: exposição teórica inicial.

Prof. Jaime Barreiros Neto

14:30 O Direito Eleitoral, seus objetivos princípios fundamentais. Sistemas Eleitorais: atividades com uso de metodologias ativas.

Prof. Jaime Barreiros Neto

16h – coffee break

16:30 Os direitos políticos, elegibilidade e inelegibilidades: exposição teórica inicial.

Prof. Rafael Barreto

18:00 Os direitos políticos, elegibilidade e inelegibilidades: atividades com uso de metodologias ativas.

Prof. Rafael Barreto

Dia 08/08/23



13:00 Justiça Eleitoral e Ministério Público Eleitoral. Condutas vedadas nas eleições e combate ao abuso de poder: exposição teórica inicial.
Prof. Frederico Alvim

14:30 Justiça Eleitoral e Ministério Público Eleitoral. Condutas vedadas nas eleições e combate ao abuso de poder: atividades com uso de metodologias ativas.
Prof. Frederico Alvim

16h – coffee break

16:30 Administração Cartorária Eleitoral e organização das eleições: exposição teórica inicial.
Prof. Desembargador Eleitoral Marcos Ledo

18:00 Administração Cartorária Eleitoral e organização das eleições: Organização das eleições: atividades com uso de metodologias ativas.
Prof. Desembargador Eleitoral Marcos Ledo

09/08/23

13:00 Ações e recursos eleitorais: exposição teórica inicial.
Prof. Dr. Luis Carlos dos Santos Gonçalves

14:30 Ações e recursos eleitorais atividades com uso de metodologias ativas.
Prof. Dr. Luis Carlos dos Santos Gonçalves

16h - coffee break

16:30 Crimes eleitorais e processo penal eleitoral: exposição teórica inicial.
Prof. Volgane Carvalho

18:00 Crimes eleitorais e processo penal eleitoral: atividades com uso de metodologias ativas.
Prof. Volgane Carvalho

10/08/2023

13:00 Propaganda política e suas peculiaridades: exposição teórica inicial.
Prof. Alexandre Basílio

14:30 Propaganda política e suas peculiaridades: exposição teórica inicial.
Uso de metodologias ativas.
Prof. Alexandre Basílio



16h – coffee break

16:30 Financiamento político e prestação de contas: exposição teórica inicial.
Prof.^a Denise Schlickmann

18:00 Financiamento político e prestação de contas: atividades com uso de metodologias ativas.
Prof.^a Denise Schlickmann

Dia 07/08/2023 – TURMA B

13:00 Os direitos políticos, elegibilidade e inelegibilidades: exposição teórica inicial.
Prof. Rafael Barreto

14:30 Os direitos políticos, elegibilidade e inelegibilidades: atividades com uso de metodologias ativas.
Prof. Rafael Barreto

16h – coffee break

16:30 O Direito Eleitoral, seus objetivos princípios fundamentais. Sistemas Eleitorais: exposição teórica inicial.
Prof. Jaime Barreiros Neto

18:00 O Direito Eleitoral, seus objetivos princípios fundamentais. Sistemas Eleitorais: atividades com uso de metodologias ativas.
Prof. Jaime Barreiros Neto

Dia 08/08/23

13:00 Administração Cartorária Eleitoral e organização das eleições: exposição teórica inicial.
Prof. Desembargador Eleitoral Marcos Ledo

14:30 Organização Cartorária Eleitoral e organização das eleições: atividades com uso de metodologias ativas.
Prof. Desembargador Eleitoral Marcos Ledo

16h – coffee break

16:30 Justiça Eleitoral e Ministério Público Eleitoral. Condutas vedadas nas eleições e combate ao abuso de poder: exposição teórica inicial.
Prof. Frederico Alvim

18:00 Justiça Eleitoral e Ministério Público Eleitoral. Condutas vedadas nas eleições



ecombate ao abuso de poder: atividades com uso de metodologias ativas.
Prof. Frederico Alvim

09/08/23

13:00 Crimes eleitorais e processo penal eleitoral: exposição teórica inicial.
Prof. Volgane Carvallho

14:30 Crimes eleitorais e processo penal eleitoral: atividades com uso de metodologias ativas.
Prof. Volgane Carvallho

16h – coffee break

16:30 Ações e recursos eleitorais: exposição teórica inicial.
Prof. Dr. Luis Carlos dos Santos Gonçalves

18:00 Ações e recursos eleitorais: atividades com uso de metodologias ativas.
Prof. Dr. Luis Carlos dos Santos Gonçalves

10/08/2023

13:00 Financiamento político e prestação de contas: exposição teórica inicial.
Profª. Denise Schlickmann

14:30 Financiamento político e prestação de contas: atividades com uso de metodologias ativas.
Profª. Denise Schlickmann

16h – coffee break

16:30 Propaganda política e suas peculiaridades: exposição teórica inicial.
Prof. Alexandre Basílio

18:00 Propaganda política e suas peculiaridades: exposição teórica inicial.
Uso de metodologias ativas.
Prof. Alexandre Basílio

23. Bibliografia básica

ALVIM, Frederico Franco. **Curso de Direito Eleitoral**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2016.

BARREIROS NETO, Jaime. **Direito Eleitoral**. 8. ed. Salvador: JusPodivm, 2018. CASTRO,

Edson Resende de. Curso de Direito Eleitoral. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

FUX, Luiz; FRAZÃO, Carlos Eduardo. **Novos paradigmas do direito eleitoral**. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

OSORIO, Aline. **Direito eleitoral e liberdade de expressão**. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas Eleitorais**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PEREIRA, Luiz Márcio; MOLINARO, Rodrigo. **Propaganda política: questões práticas e temas controvertidos da propaganda eleitoral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

REIS, Márlon. **Direito Eleitoral Brasileiro**. 3. ed. Bauru: Casa Mayor, 2016. SALGADO, Eneida Desiree. **Princípios constitucionais eleitorais**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

SANTANO, Ana Claudia. **O Financiamento da política: teoria geral e experiências no direito comparado**. 1. ed. Curitiba: Editora Íthala, 2014.

SCHLICKMANN, Denise Goulart. **Financiamento de Campanhas Eleitorais**. 7. ed. Curitiba: Juruá, 2014.

24. Bibliografia complementar

BAGEHOT, Walter. **The English Constitution**. 1. ed. Londres: Chapman and Hall, 1867.

BASÍLIO, Alexandre. **O paradoxo da proporcionalidade e o efeito Tiririca**. Disponível em: <http://www.oseleitoralistas.com.br/2016/08/02/por-alexandre-basilio->

BENEVIDES, Maria Victoria. **A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política: A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos**. 1. ed. 6. tiragem, organizado por Michelangelo Bovero; tradução: Daniela Baccaccia Versiani, Rio de Janeiro -RJ: Campos, 2000.

_____. **Três ensaios sobre a democracia**. São Paulo: Cardim & Alario Editora, 1991.

_____. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

BONAVIDES, Paulo Bonavides. **Ciência Política**, 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

BRASIL, J. F. de Assis. **Democracia representativa: do voto e do modo de votar**. 3. ed. Paris:



- Guillard, Aillaud & Cia., 1895.
- CAPALDI, Nicholas. Introdução. In: CAPALDI, Nicholas (org.). **Da liberdade de expressão: uma antologia de Stuart Mill a Marcuse**. p. IX-XVIII, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CARVALHO, L. G. Gradinetti Castanho de. **Liberdade de informação e odireito difuso à informação verdadeira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003
- CONEGLIAN, Olivar. **Propaganda eleitoral**. 9. ed. Curitiba: Juruá, 2008. DAHL, Robert. **Sobre a Democracia**, Brasília: UNB, 2001.
- _____. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: EDUSP, 1997.
- _____. **A democracia e seus críticos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- DANTAS, Humberto. Reformas políticas: quais? In: SOUZA, Claudio André de; BARREIROS NETO, Jaime (coord.). **#DemocraciaBR: o momento político atual**. 1. ed. p. 15-25, Salvador: JusPodivm; Faculdade Baiana de Direito, 2015.
- _____. Reforma política: aspectos centrais da “mãe de todas as reformas”. In: **Cadernos Adenauer: Reforma do Estado brasileiro: perspectivas e desafios**. p. 09-26, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010.
- DIAS, Joelson; SAMPAIO, Vivian Grassi. A inserção política da mulher no Brasil: uma retrospectiva histórica. **Estudos Eleitorais**, Brasília, v. 6, n. 3, p. 55-92, set./nov. 2011.
- DWORKIN, Ronald. **O Direito da liberdade: a leitura moral da Constituição norte-americana**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- ENZWEILER, Romano José. **Dimensões do sistema eleitoral: o distrital misto no Brasil**. 1. ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008.
- FERREIRA, Lara Marina. O financiamento de partidos políticos e de campanhas eleitorais no contexto da reforma política brasileira. **Revista de Estudos Eleitorais**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 91-110, jan./abr. 2011.
- FOUCALT, Michel. **Microfísica do poder**, 24. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- GOMES, Wilson. **A política na timeline: crônicas de comunicação e política em redessociais digitais**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2014.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**, 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.



_____. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**, V. II, Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 2011.

KEANE, John. **Vida e morte da democracia**. São Paulo: Edições 70, 2010.

KLEIN, Cristian. **O desafio da reforma política: consequências dos sistemas eleitorais de listas abertas e fechadas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. Breves considerações sobre a reforma política em discussão no Congresso Nacional. In: CAGGIANO, Mônica Herman S. (coord.); MESSA, Ana Flávia; ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de (org.). **Direito Eleitoral em Debate**, p. 419-426, São Paulo: Saraiva, 2013.

MACHADO, Jônatas. **Liberdade de expressão: dimensões constitucionais da esfera pública no sistema social**. p.19, Coimbra, Portugal: Coimbra Editora, 2002.

MANIN, Bernard. **Los principios del gobierno representativo**. Madrid: Alianza Editorial, 2008.

MELLO, Marco Aurélio. A democracia participativa e a inconstitucionalidade do financiamento privado das campanhas por pessoas jurídicas. **Revista Populus**, Salvador, ano I, n. 1, p. 11-24, set. 2015.

MELO, Carlos Ranulfo. **Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)**. Belo Horizonte – MG: UFMG, 2004.

MEZZAROBBA, Orides. **Introdução ao Direito Partidário Brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

MILL, John Stuart. **Considerações sobre o governo representativo**. São Paulo: IBRASA, 1964.

NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro – RJ: Jorge Zahar, 2002.

_____. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____. **Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)**. 1. ed. Rio de Janeiro - RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

NOHLEN, Dieter. Experiências de reforma eleitoral: lições para a América Latina. In: TRINDADE, Hélgio (org.). **Reforma eleitoral e representação política: Brasil anos 90**. p. 18-47. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1992.

_____. Sistemas electorales y gobernabilidad. In: NOHLEN, Dieter (editor). **Elecciones y sistemas de partidos en America Latina**. 1. ed. p. 391-424, San José, Costa Rica: IIDH,



1993

PAES, Janiere Portela Leite. A obrigatoriedade do voto no Brasil: avanço ou retrocesso ao Estado democrático de direito? In: **Estudos Eleitorais**, Brasília, v. 10, n. 3, p. 83-99, set./dez. 2015.

PINTO, Djalma. **Ética na Política**. 1. ed. Fortaleza: Djalma Pinto, 2015.

PORTO, Walter Costa. **Dicionário do Voto**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

_____. **O Voto no Brasil, da Colônia à 6ª República**. 2. ed. Rio de Janeiro - RJ: Topbooks, 2002.

_____. **A mentirosa urna**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RAMOS, André de Carvalho (org.). **Temas de Direito Eleitoral no Século XXI**. 1. ed. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2012.

REIS, Márlon. **O gigante acordado: manifestações, ficha limpa e reforma política**. Rio de Janeiro: Leya, 2013.

REYNOLDS, Andrew; REILLY, Ben; ELLIS, Andrew (org.). **Concepção de Sistemas Eleitorais: uma visão geral do Novo Guia do International IDEA – Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral**. Estocolmo, Suécia: International IDEA, 2005.

_____. **Diseño de sistemas electorales: El nuevo manual de IDEA Internacional**. Estocolmo, Suécia: IDEA – International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2006. Tlalpan, México: Instituto Federal Electoral de Mexico, 2006.

RIBEIRO, Fávila. **Direito Eleitoral**, 4. ed. Rio de Janeiro - RJ: Forense, 1996.

_____. **Constituinte e participação popular: o momento estratégico da ordenação pré-constituinte e a Emenda Constitucional nº. 25/85**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 1986.

ROMÃO, Maurício Costa. **Eleições de deputados e vereadores: compreendendo o sistema em uso no Brasil**, 1. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

SAMPAIO, Nelson de Sousa. **As ideias-forças da democracia**. 1. ed. Bahia: Imprensa Regina, 1941.

_____. **A propaganda e o direito**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1969.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada: volume I – O debate contemporâneo**. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Ingeniería constitucional comparada: uma investigación de estructuras, incentivos**



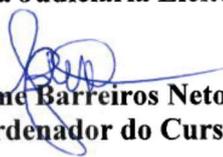
y resultados. 3. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

SILVA, Luís Virgílio Afonso da. **Sistemas eleitorais**: tipos, efeitos jurídico- políticos e aplicação ao caso brasileiro. 1. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

TAVARES, José Antônio Giusti. **Os sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas**: teoria, instituições, estratégia. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **Reforma política e retrocesso democrático**: agenda para reformas pontuais no sistema eleitoral e partidário brasileiro. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

Roberto Maynard Frank
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
Diretor da Escola Judiciária Eleitoral da Bahia


Jaime Barreiros Neto
Coordenador do Curso